

# ECONOMIA

## Na França, Haddad discutirá transição ecológica e reforma do G20

A transição ecológica é a reforma do G20 (grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo, União Europeia e União Africana) serão o foco da viagem do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT/SP), à França. Ele embarcou nesse domingo (30) e retornará a Brasília na quarta-feira (2).

A viagem tem como objetivo restaurar o diálogo econômico entre o Brasil e a França, concentrado nos ministérios da área, e preparar a viagem que o presidente Lula (PT) fará ao país em junho deste ano. Segundo o Ministério da Fazenda, as conversas econômicas estão concentradas nos seguintes eixos: reformas econômicas nos dois países; cooperação multilateral, arquitetura financeira internacional e reforma do G20; transformações ecológicas e sustentabilidade financeira; e complementandade entre setores econômicos no Brasil e na França.

Em relação às reformas econômicas, Haddad apresentará ao Governo e à compreensão francesa oportunidades de investimento estrangeiro no Brasil trazidas pela reforma tributária, regulamentada no seu passado e que entrará gradualmente em vigor a partir de 2026. Sobre o Plano de Transformação Ecológica, o brasileiro apresentará ao ministro da Economia francês, Eric Le Maire, a experiência do Governo do Brasil em criar o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente na política econômica.

Os destiques na área ambiental no Mecanismo de Finanças-

mento das Florestas Tropicais (IFFT, no sigla em inglês) e a integração do mercado global de créditos de carbono. Lançado em 2023 pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, na COP28, o IFFT pretende arrecadar US\$ 250 bilhões de fundos soberanos para serem investidos nas florestas tropicais.

Com relação ao mercado de crédito de carbono, Haddad pretende apresentar a regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa, sanctionada no final do ano passado e discutir a articulação do mercado global de carbono.

Nesta segunda-feira (31), o ministro participa de conferência na universidade Sciences Po, em Paris, sobre aplicação dos dez anos do Acordo de Paris. O encontro será moderado pelo filósofo ambiental Pierre Charbonnier e pela econômica e negociadora-chefe do acordo, Laurence Tubiana.

Em novembro passado, no G20 Social, no Rio de Janeiro, Laurence Tubiana expressou preocupação com a preservação do Acordo de Paris após a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Em seguida, Haddad será homenageado com um jantar na Sciences Po.

Nesta terça-feira (1º), de temário bilateral com o ministro Eric Lombard, às 11h30 (horário local). Em seguida, alonga com empresas francesas e, às 15h30, discursa na cerimônia de abertura dos Diálogos Econômicos Brasil-França. (Com Agência Brasil)

**Os destiques na área ambiental no Mecanismo de Finanças-**

mento das Florestas Tropicais (IFFT, no sigla em inglês) e a integração do mercado global de créditos de carbono. Lançado em 2023 pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, na COP28, o IFFT pretende arrecadar US\$ 250 bilhões de fundos soberanos para serem investidos nas florestas tropicais.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

**Financiamento da Fazenda.** O debate da estratégia da Fazenda para o financiamento da economia, com ênfase na criação de uma nova fonte de recursos para o setor público, deve ser realizado no dia 29, em Paris, quando o ministro se encontrará com o ministro das Finanças, Bruno Le Maire, e o presidente do Banco Central, François Villeroy de Galhau.

## Estados aumentam ICMS de compras em sites estrangeiros a partir desta terça

Regime de Tributação Simplificada sobe de 17% para 20%, como acordado no ano passado pelos secretários estaduais da Fazenda

COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
FL N° 227  
Rubrica

FOTO: Rafa Melo/PMF/CE/SEFAZ/SEBRAE/BRASIL



Aumento vale para Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Acre e Amapá

No total, dez estados brasileiros aumentarão o Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) de compras em sites estrangeiros pelo Regime de Tributação Simplificada, de 17% para 20%, a partir desta terça-feira (1º). O aumento, parte de acordo fechado no ano passado pelos secretários estaduais da Fazenda, já está definido em Alagoas, na Bahia, no Ceará, na Paraíba, no Piauí, Rio Grande do Norte e em Sergipe (Nordeste); e em Minas Gerais (Sudeste); e no Acre e Amapá (Norte).

Os demais estados e o Distrito Federal (DF) ainda não sinalizaram se vão implementar a mudança e, se decidirem elevá-lo, o tributo, a nova alíquota somente poderá entrar em vigor em 2026. No Maranhão, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, Tocantins e no DF, a mudança depende de decreto dos governadores, porque há leis locais que já permitem alíquotas de pelo menos 20% para os produtos em geral.

Nos outros 12 estados, o aumento somente pode ser feito por meio de projeto de lei aprovado pelas Assembleias Legislativas. Nessas localidades, o percentual aplicado aos produtos em geral é inferior aos 20%, e as exceções precisam do aval dos deputados estaduais.

Qualquer aumento proposto em 2025, seja por edital de decreto ou aprovação de lei, somente pode entrar em vigor a partir de janeiro de 2026, devido à regra da anuidade para elevação de impostos. Os dez estados que vão elevar o tributo em abril deste ano aprovaram a mudança em dezembro de 2024 e precisaram respeitar o período de 90 dias para aplicar a nova alíquota.

Em junho de 2023, os go-

vernadores decidiram unificamente em 17% a ICMS nas compras em sites estrangeiros, que passaram a seguir as regras de tributação do programa Remessa Conforme, considerando a menor alíquota vigente na época entre as unidades federativas. Em dezembro do ano passado, o Consitec, comitê de secretários da Fazenda, aprovou acordo que permite elevar o tributo a 20%, atendendo à demanda do varejo nacional.

Como se trata de autorização para definir a alíquota, a aplicação da que foi combinada depende de cada governador. O Imposto de Importação do Governo Federal não muda, e a decisão de elevar o ICMS não foi tomada pelo presidente Lula (PT), como esclareceu o Palácio do Planalto após o anúncio da decisão dos secretários estaduais da Fazenda em dezembro de 2024.

O programa Remessa

Conforme foi criado para evitar o isenção do Imposto de Importação para valores de até US\$ 50, mesmo se o envio fosse feito por pessoa jurídica para uma pessoa física. Em 2024, o Congresso Nacional aprovou o fim dessa isenção, em discussão que ficou conhecida popularmente como "taxa das blusinhas".

A regra aprovada previu aplicação de imposto de 20% para compras até US\$ 50. Para compras acima desse patamar e até US\$ 3.000 o tributo federal é de 60%, com redução de US\$ 20 no imposto a pagar. O ICMS estadual incide sobre o valor da compra, incluindo frete, e também sobre o Imposto de Importação. É calculado de acordo com o endereço de entrega do produto.

Uma compra de US\$ 50 (cerca de R\$ 300) terá carga total de Imposto de Importação e ICMS elevada de 45% para 50%, segundo cálculos da Associação Brasileira de Varejo.

Taxa (Alvarez). Isso representa custo a mais de quase R\$ 15.

O diretor-executivo da Abivtex, Edmundo Lima, afirmou que o ICMS nas compras em sites estrangeiros teria de ir a 25% para que houvesse tributação equivalente à medida sobre o produto nacional. A associação pediu aos governadores que reduzissem o imposto para as empresas brasileiras ou, como segunda opção, elevassem a tributação sobre as importações.

"A nossa primeira intenção era que o varejo e a indústria nacional também pagassem 17%, mas isso ficou fora de cogitação. Então, não resta va outra alternativa a não ser mudar o ICMS."

A Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que reúne grandes plataformas de e-commerce, diz que manifesta preocupação com o aumento da alíquota sobre as compras internacionais.

Priscila Marques, diretora de Relações Institucionais da Amobitec, afirmou: "Acreditamos que é necessário que o governo federal estabeleça um limite para o aumento da alíquota, mantendo a mesma para compras de até R\$ 100,00. Isso é fundamental para manter a competitividade das empresas brasileiras no exterior, pois o aumento da alíquota pode levar a perda de vendas e a diminuição da participação de nossas empresas no mercado internacional".

CMP ANDRADE COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA (Fazenda) fez questão de ressaltar que o aumento não afeta os consumidores. "Amplo leque de produtos farmacêuticos, cosméticos e de higiene pessoal são vendidos online", explica o diretor executivo da empresa, Luciano Andrade. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS S/A ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional", explica o diretor executivo da empresa, Luciano Andrade. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 02 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 03 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 04 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 05 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 06 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 07 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 08 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".

VENTOS DE SÃO ZACARIAS 09 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Fazenda) também se posicionou contra o aumento. "O aumento de 3% não vai impactar o consumidor final, que continua pagando preços baixos, e sim o varejista que precisa arcar com o imposto adicional".